

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

AS BASES DO PENSAMENTO ECONÔMICO E A
PRÁTICA POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA
PRIMEIRA REPÚBLICA

CAIO MESCOUTO TERRA DE SOUZA
DRE Nº 111383933

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

MARÇO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

AS BASES DO PENSAMENTO ECONÔMICO E A
PRÁTICA POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA
PRIMEIRA REPÚBLICA

CAIO MESCOUTO TERRA DE SOUZA
DRE Nº 111383933

ORIENTADOR: Prof. Almir Pita Freitas Filho

MARÇO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

RESUMO

A presente monografia versará sobre o processo de formação do pensamento econômico industrialista no Brasil da Primeira República e sobre a prática da burguesia industrial no período. Será construída uma síntese, através da literatura pertinente, do processo de formação do discurso que daria origem a tal pensamento e das práticas políticas da burguesia industrial que, através da encampação desse discurso e organizada em associações de classe, lutava pelas benesses do Estado. No decorrer do texto ficará claro que o caminho percorrido pela indústria brasileira durante a primeira experiência republicana é, a todo o momento, induzido e oprimido pela lógica do capital hegemônico e pela conjuntura internacional. Entretanto, buscamos mostrar que desde os primeiros momentos do governo provisório, a indústria buscou se organizar e lutar por políticas protecionistas, e contra as organizações proletárias e essa luta também serviu para fortalecer os laços de classe entre os industriais. Do seio dessas lutas surgiram os argumentos para a construção de um pensamento industrialista. Por fim, apesar do Estado nem sempre se mostrar a favor da indústria, essa conseguiu defender seus interesses e, em alguns momentos impor a sua agenda, chegando ao final do período estudado como o setor mais dinâmico da economia brasileira e dona da ideologia que se tornaria a ideologia da nação em busca do desenvolvimento econômico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I. AS BASES DO PENSAMENTO ECONÔMICO INDUSTRIALISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	13
I.1. Nacionalismo	13
I.2. Leitura particularista da doutrina liberal	18
I.3. Positivismo	21
II. A PRÁTICA POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA	23
Bibliografia	34

INTRODUÇÃO

A industrialização brasileira na primeira república é um solo fértil sobre o qual muitos embates acadêmicos e ideológicos se deram. Ainda hoje, temas correlatos à industrialização no período supracitado encontram espaço dentro da historiografia econômica, pois muitas questões ainda estão presentes no debate contemporâneo - tais como a intervenção estatal na economia e a inserção brasileira no capitalismo internacional - e nos remetem a controvérsias debatidas na época e analisadas *a posteriori* dentro dos círculos acadêmicos. Entretanto, há algumas questões que não ganharam tanto destaque dentro da mesma historiografia, mesmo que vasta literatura tenha sido produzida sobre. Entre essas questões, os aspectos político-ideológicos da conformação de um pensamento econômico-industrialista e a organização classista da burguesia industrial são temas menos conhecidos do público em geral e, por exemplo, menos tratados nos cursos de formação de economistas.

Os industrialistas eram nacionalistas, pragmáticos e se consideravam modernizantes, “em um contexto ideológico que associava o Império ao marasmo, à vida rural, ao atraso e à escravidão” (FONSECA, 2012, p. 28). Moderados, tentavam atrair adeptos entre os defensores da “vocação agrícola” com um discurso sobre as experiências históricas dos países industrializados (FONSECA, 2012, p. 30). Associavam a questão de independência nacional ao desenvolvimento industrial e faziam duras críticas ao comércio (que no Distrito Federal era basicamente controlado por imigrantes portugueses). Não se opunham ao capital estrangeiro, mas defendiam medidas protecionistas e intervencionistas (FONSECA, 2012, p. 30). Eles mantinham os princípios liberais como referência e recorriam a eles sempre quando necessário como, por exemplo, nos momentos em que se posicionavam contrariamente à intervenção estatal nas questões trabalhistas (GOMES, 1996, p. 98), mas viam na prática protecionista uma medida necessária ao desenvolvimento da nação.

Do ponto de vista da organização, a análise da posição política e ideológica, da luta que resulta nas adoções das políticas econômicas, é fundamental para a “identificação e caracterização concreta das classes sociais” (PERISSINOTTO, 1994, p. 22). Sendo assim, identificamos e caracterizamos essa burguesia industrial pela compreensão e delimitação do seu arcabouço ideológico e pela sua prática política. Essa fração de classe, em especial aquela localizada no Distrito Federal, já antes do período republicano, tinha como prática política

organizar-se através de associações¹ ((LUZ, 1961); (LEOPOLDI, 1986)) e “as campanhas industrialistas se faziam através das entidades de classe, da imprensa carioca (...) e do Congresso.” (LEOPOLDI, 1986, p. 68). A questão tarifária era uma das principais bandeiras e fora defendida por ilustres industrialistas desde antes do período republicano.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo proposto é construir uma síntese, através da literatura pertinente, do processo de formação do discurso que daria origem ao pensamento econômico industrialista e das práticas políticas da burguesia industrial que, através da encampação desse discurso, lutava pelas benesses do Estado enquanto fração autônoma de classe, nos termos de Perissinotto (1994), no período da primeira república (1889-1930).

A conformação do discurso em um tipo de pensamento econômico não se dá desvinculado da realidade material e também das questões superestruturais já postas², dentro dessa perspectiva, por exemplo, a burguesia industrial via seu campo de atuação limitado, por assim dizer, pela fração autônoma de classe hegemônica, o grande capital cafeeiro, em parceria com o capital estrangeiro (PERISSINOTTO, 1994). Dessa forma, é importante compreender a dinâmica econômica que se deu entre os setores representados por essas frações de classe e também como essa se deu com relação ao Estado. Sendo assim, subsidiados pela historiografia concernente, apresentaremos os principais pressupostos adotados nesta monografia, com vias à compreensão da dinâmica aludida.

Essa dinâmica foi alvo de grande debate iniciado na dicotomia entre a “teoria dos choques adversos” e a “industrialização induzida pelas exportações”. Segundo Saes (1989, p. 20), surgiu na crítica feita por Peláez (1968) aos estudos de Furtado (1959) a respeito do processo de “deslocamento do centro dinâmico”, no pós-1930, da empresa agroexportadora de café para a indústria voltada para o mercado interno. Furtado apresentou os principais argumentos da “teoria dos choques adversos”, mas não teve a pretensão de transformar esses argumentos em uma “teoria” de aplicação geral. Essa aplicação para o período da Primeira República é produto da interpretação Cepalina para o subdesenvolvimento da América Latina³

¹Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, SAIN (1870-1880); Associação Industrial (1881); Centro Industrial (1890-1892); Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (1902-1904). Em 1904 o Centro Industrial do Brasil (CIB) que será uma das mais importantes entidades do período; “... a primeira entidade de classe da indústria de caráter permanente, organizada sem qualquer interferência estatal.” (LEOPOLDI, 1986, p. 68).

² Sobre o materialismo histórico, parafraseando Marx: “as ideias de uma época são expressão intelectual das relações sociais vigentes com todas as contradições e as influências herdadas da história da política.” (MALTA e CASTELO, 2012, p. 89).

³Mello (1982, p. 13-23) faz um resumo do arcabouço teórico da CEPAL. Segundo o autor, o paradigma cepalino está assentado no desenvolvimento desigual da economia mundial. Esse desenvolvimento se

(SUZIGAN, 1986, p. 23-28) e de Fishlow (1972), que apresenta a I Guerra Mundial como surto de substituição de importação causado por “choques adversos”.

Em linhas gerais, a “teoria dos choques adversos” representa um antagonismo entre economia agroexportadora e indústria, advogando que foi nos momentos de crises externas, seja por falta de divisas (decorrente de dificuldades no setor agroexportador) e/ou por problemas relativos à oferta de bens manufaturados no mercado internacional, que a indústria floresceu. Simonsen (1939), baseado nos dados do censo de 1920, mostra que quase metade das indústrias existentes nesse ano foram fundadas entre 1914 e 1919 e que a produção industrial real dobrou nesse período. Já Prado Junior (1945) chama atenção para o “grande impulso à indústria brasileira” dado pela Primeira Guerra Mundial e assenta sua explicação na queda de oferta de manufaturas no mercado internacional e na depreciação cambial. Coube a Suzigan (1986, p. 60) apresentar um balanço e concluir que “o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria de transformação no Brasil provocou uma drástica redução nos investimentos.”. Com relação à produção, houve um crescimento após a crise de 1913-1914 que durou até 1916 e declinou em 1917, tornando-se negativo em 1918, como consequência da escassez de bens necessários à indústria que eram importados.

Já a tese da “industrialização induzida pelas exportações” via a indústria como subproduto do setor agroexportador, ou seja, a mesma se desenvolvia quando as exportações iam bem. Dean (1976) baseou sua tese em quatro argumentos: 1) com o movimento de imigração induzido pela economia cafeeira criou-se um mercado consumidor e ampliou a oferta de mão-de-obra; 2) muitos imigrantes possuíam conhecimentos técnicos sobre a produção e a manutenção de máquinas empregadas no fabrico de manufaturas; 3) o investimento em infraestrutura de transporte para atender a economia agroexportadora possibilitou interligar os mercados internos ampliando a demanda, aumentando a divisão do

conformaria em uma dada divisão internacional do trabalho, onde os países centrais industrializados, possuidores de estrutura produtiva diversificada e tecnicamente homogênea estariam de um lado e os países periféricos formados por economias exportadoras de matérias-primas e alimentos, com uma estrutura dual e baixa diversificação do outro. Segundo essa doutrina, a dinâmica dessas economias periféricas estaria subordinada às economias centrais, ou seja, quando havia o aumento da produção industrial nesses centros, induzia o aumento da produção de matérias-primas nas periferias do mundo capitalista. Por outro lado, o aumento da produção de matérias-primas, nos países periféricos, não possuía a capacidade de induzir essa expansão industrial nos centros dinâmicos, o que demonstra essa falta de autonomia sobre a dinâmica econômica daqueles países. Ainda segundo Mello, quando a hegemonia cêntrica é deslocada para os Estados Unidos, o dinamismo que marca o crescimento das economias periféricas no final do século XIX e primeira década do século XX cessou, pois o coeficiente de importação norte-americano para as exportações periféricas era menor. Com isso, dado o aumento da produção dessas matérias-primas e o menor ímpeto norte-americano em importa-las, haveria uma deterioração dos termos de troca. Com esse cenário, os problemas em contas externas diminuem a capacidade de importação dessa periférica que é forçada a produzir alguns bens internamente.

trabalho e possibilitando economias de escala para a indústria; 4) as exportações supriam a necessidade de divisas para a importação de bens de capital e insumos para o setor industrial.

No crepúsculo da década de 1970 ficou claro que esse olhar dicotômico era incapaz de dar conta do processo de desenvolvimento industrial como um todo. Versiani e Versiani (1977) concluem, analisando a indústria têxtil, que existiram surtos de produção nos momentos em que o câmbio estava desvalorizado e surtos de investimento nos momentos em que o câmbio estava valorizado. Os autores também chamam atenção para a questão tarifária como importante fator no desenvolvimento industrial. É, entretanto, com os trabalhos de Silva (1976) e Mello (1982)⁴ que se alcança uma superação dialética da controvérsia. Os autores percebem que essa relação antagônica entre indústria e economia agroexportadora preconizada pela “teoria dos choques adversos” é apenas aparente, assim como também não há uma relação direta como defendida pela tese de “industrialização induzida pelas exportações”. As duas interpretações fazem parte de um mesmo processo, que é o processo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no Brasil⁵.

A economia cafeeira precede e cria condições para a industrialização brasileira. Como diz Silva (1976, p. 12):

A passagem à industrialização não se faz automaticamente, pelo simples jogo das pretendidas leis naturais da economia. Ela é resultado de um sistema complexo de contradições sociais. Representa uma ruptura com o passado (...) que é consequência de um conjunto de lutas econômicas e, sobretudo, lutas políticas e ideológicas.

Nesse sentido, o Brasil foi parte constituinte do processo de desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e “a expansão cafeeira e a industrialização aparecem como dois estágios da transição capitalista no Brasil” (SILVA, 1976, p. 13).

⁴ Textos originais escritos em 1973 e 1975, respectivamente.

⁵ Mello (1982) e Silva (1976), apesar de produzirem uma resolução parecida para a controvérsia, possuem particularidades, como nos chama a atenção Saes (1989, p. 30-34). Na perspectiva deste projeto, é importante compreender que essas visões divergem particularmente na importância dada à questão da subordinação à economia mundial capitalista. Nas palavras de Saes (1989, p. 33), “[Mello] não aprofunda a relação com a economia mundial, apesar de considerar os *fatores externos* o determinante em última instância do movimento da economia brasileira à época (...) a subordinação da economia brasileira à economia mundial capitalista poderia ser rompida pela ‘constituição de forças produtivas capitalistas’” (Grifo no original). Já em Silva (1976, p. 113), a industrialização brasileira levaria apenas a uma mudança na forma de subordinação da economia brasileira à economia mundial.

Existindo essa relação tão umbilical entre o surgimento da grande indústria e o capital cafeeiro, principalmente no caso de São Paulo⁶, foi comum a conclusão de que o seio da burguesia indústria era a cafeicultura (mais especificamente aqueles ligados ao grande capital cafeeiro⁷). Dentre os autores que apontam para essa conclusão, encontramos Cano (1977) e Mello (1982). Por outro lado, como aponta Suzigan (1986, p. 37), há fortes indícios de que a origem dessa burguesia industrial seria o importador imigrante. Silva (1976, p. 85-91) já havia apresentado dados que corroboram com essa hipótese. Essa visão, no entanto, ganhara importância com Dean (1976).

A própria indústria criou um mito entorno das suas origens, esse mito foi parte da sua construção ideológica. Para alguns, como Prado Junior (1945), aponta Silva (1976, p. 87), haveria essa burguesia surgida entre modestos trabalhadores imigrantes, seriam eles verdadeiros *self-made men*. Para Dean (1976), os imigrantes, que seriam o cerne da burguesia industrial, não haviam pisado nos cafezais, eles chegaram ao Brasil possuidores de algum capital, muitos vieram representar empresas estrangeiras ou eram profissionais tecnicamente qualificados. Essa posição é aceita também por Silva (1976), Suzigan (1986) e Perissonotto (1994). Esses imigrantes possuíam uma posição privilegiada no comércio internacional, recebendo financiamento de bancos externos.

Como coloca Silva (1976, p. 91):

A questão essencial para o entendimento da indústria nascente reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular, ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial.

Retomamos ainda a contribuição de Martins (1979), para o qual o surgimento desses industriais se deu a partir de pequenas manufaturas que surgiam na franja da economia cafeeira a fim de suprir algumas necessidades dessas fazendas. Essa contribuição tornou-se relevante ao levantar a questão a respeito dos primeiros imigrantes que vieram trabalhar na

⁶O Rio de Janeiro – principalmente o Distrito Federal – e São Paulo concentravam a maior parte da grande indústria nascente. No entanto, cabe destacar que a dinâmica da indústria carioca era diversa à paulista. Como nos chama a atenção Leopoldi (1986), já havia no Rio de Janeiro, no início da segunda metade do século XIX, uma burguesia industrial. Sendo assim, antes do início da República, ela já se fazia mais presente na disputa política do que a burguesia industrial paulista, ainda em gestação. Freitas Filho (1998) também aponta para o fato de que essa indústria não estava inteiramente relacionada aos movimentos do café, como em São Paulo, ela possuía uma dinâmica própria, atrelada à capital da república.

⁷Grande capital cafeeiro é a fração hegemônica de classe no interior do bloco no poder, segundo Perissonotto (1994).

lavoura. De acordo com Martins, esses imigrantes ainda não eram, na prática, assalariados, e a produção cafeeira, apesar de capitalista, não era baseada em relações capitalistas de produção.

Essa conclusão é um dos importantes pressupostos que será adotado, pois essa burguesia industrial se apresentava como uma fração autônoma de classe já na primeira república (PERISSINOTTO, 1994), possuindo uma ideologia diversa à do grande capital cafeeiro e adotando relações de produção mais próximas às relações capitalistas adotadas nos países centrais. Entretanto, não exclui a participação de cafeicultores no setor industrial, muitos possuíam investimento em indústria, alguns como forma de investimento alternativo e outros na prática viriam a se tornar industriais. Contudo, salientamos que é fundamental nos atermos que a origem dessa fração de classe são os “burgueses imigrantes enriquecidos no comércio”⁸.

Outro ponto comum na historiografia econômica sobre a industrialização brasileira é tratar o Estado como um “tranquilo ‘Estado-comitê’ dos interesses oligárquicos da cafeicultura”, cita Gomes (1996, p. 91). Essa era a posição, por exemplo, de Furtado (1959). Entre aqueles que corroboravam com esse ponto de vista e não viam na política econômica mais que instrumentos a serviço do grande capital cafeeiro, Dean (1976) afirma que as políticas estatais protecionistas tinham intenção puramente fiscalista e não produziam reais benefícios à indústria. Até Topik (1989), que analisa a presença do Estado na economia durante a Primeira República, afirma que:

Na verdade, a maior parte das providências do Estado em favor da indústria fora tomada pensando na agricultura e no Tesouro. Com isso, a indústria continuaria relativamente insignificante e primitiva. Ela nascera nos interstícios da economia exportadora; a política oficial pretendia mantê-la naquela posição secundária. (TOPIK, 1989, p. 186)

Por outro lado, os trabalhos de Luz (1961) e Versiani e Versiani (1977) são pioneiros em buscar analisar as políticas estatais e dar ênfase à questão da importância dessas políticas para o desenvolvimento industrial brasileiro. Não se tratava de negar a hegemonia do grande capital cafeeiro, mas de reconhecer que certas práticas estatais favoreceram a indústria ou determinados setores dela. Suzigan (1986) faz um balanço dessas questões e, em relação às questões tarifárias, fora os motivos para adoção das mesmas, observa que na prática essas tarifas serviram de proteção à indústria em alguns determinados momentos, mas não dá ênfase a isso. Do ponto de vista da adoção, por parte do Estado, de incentivos e subsídios, ele afirma

⁸Os burgueses do Rio de Janeiro foram também gestados entre os comerciantes imigrantes, mas esses, em sua maioria, eram portugueses e já estavam no Rio de Janeiro muitas vezes antes do grande movimento de imigração que trouxe os imigrantes paulistas – entre eles, os que formariam aqueles industriais.

que “no período anterior à Primeira Guerra Mundial praticamente nenhuma assistência direta foi concedida pelo governo à indústria de transformação.” (SUZIGAN, 1986, p. 44).

Contudo, nos trabalhos de Leopoldi (1986), Fritsch (1990), Perissinotto (1994) e Gomes (1996), é destacado o papel assumido pela burguesia industrial no período. Essa fração é representada por entidades de classe e deliberadamente conquista disputas no campo da política econômica. Perissinotto (1994, p. 138) aponta para a variação das tarifas de importação durante todo o período e isso era um indício das disputas econômicas ocorridas dentro do bloco no poder.

Silva (1976, p. 101) considera que:

...para assegurar a reprodução do capital ao nível nacional, o governo é levado a adotar uma política econômica que favorece, até certo ponto, a indústria. Mas os efeitos industrializantes da política econômica federal são limitados pelos interesses dominantes da grande burguesia cafeeira e do capital estrangeiro. O nosso objetivo aqui é mostrar que **os efeitos contraditórios dessa política econômica** e, de modo geral, os **aspectos contraditórios das relações entre o capital cafeeiro e o capital estrangeiro, de um lado, e o capital industrial, de outro**, são a manifestação da **contradição própria às formas de reprodução do capital** dominantes no Brasil. É essa contradição que o duplo aspecto da política econômica e das relações entre café e indústria oculta. (Grifo meu)

Podemos empreender desse ponto que, sendo o grande capital cafeeiro hegemônico, a ação do Estado, por vezes favorável à indústria, não se mostrou contrária à racionalidade da economia cafeeira. As contradições à reprodução do capital no seio da economia cafeeira ensejaram o crescimento industrial. Por outro lado, chamamos atenção para o fato de que a burguesia industrial enquanto fração autônoma de classe disputou as políticas possíveis e que seriam benéficas a si. Essa disputa foi limitada pela lógica hegemônica e pela inserção externa. Mas essa burguesia não foi simplesmente levada pelo movimento dominante, e sim agente ativo desse processo, e conseguiu, dentro das perspectivas possíveis, impor parte da sua agenda.

Dentro do escopo dessa monografia, os trabalhos de Silva (1976), que apresenta os limites à indústria, Leopoldi (1986), Perissinotto (1994) e Gomes (1996), que apresentam essa burguesia industrial como agente ativo no campo político e ideológico da Primeira República, produzem uma resolução interessante e que adotaremos como pressuposto teórico.

Conformado o arcabouço teórico adotado, por hipótese, partimos do reconhecimento da institucionalização da burguesia industrial enquanto fração autônoma de classe, organizada

em entidades representativas, que ganhou peso econômico no período e construiu uma ideologia industrialista. Essa ideologia se apoiava nos ideais nacionalistas (não radicais, pois se compreendiam dependentes das economias industrializadas do centro), em ideias protecionistas baseadas nas experiências históricas das economias do ocidente europeu e norte-americana, na doutrina positivista e nos ideais liberais que eram pragmaticamente interpretados ao seu favor – no que se refere às questões trabalhistas, por exemplo. Esse progresso organizativo é apreendido a partir das conquistas no plano das políticas econômicas e da encampação estatal de alguns ideais industrialistas.

Entretanto, o limite das conquistas dessa burguesia industrial se dava pela sua subordinação à hegemonia do grande capital cafeeiro associado ao capital estrangeiro - o que mostra a subordinação brasileira aos países centrais no nível do capitalismo global. Assim, as políticas econômicas, apesar de exercerem um papel fundamental na consolidação da indústria nacional, não tiveram fôlego para induzir uma diversificação industrial e, principalmente, não foram capazes de gerar externalidades positivas que levassem à grande produção de bens de capital internamente. Esses limites também são apreendidos quando percebemos que o próprio discurso industrialista, subordinado ao discurso hegemônico, se limitava – em grande medida – às questões protecionistas.

Com fins de cumprir o objetivo proposto e verificar a hipótese apresentada, o trabalho se estrutura em dois capítulos além desta introdução e de uma conclusão. O primeiro capítulo versará sobre as bases da construção ideológica da burguesia industrial que fora conformado posteriormente em um pensamento econômico industrialista brasileiro. Para tal intento, iremos nos basear nas obras de Fonseca ((2000), (2012) e (2008)), Leme (1978), Carone (1977), Lima (1976) e Luz (1961), além de, sempre que necessário, lançar mão de outras obras que cortem transversalmente o tema. A intenção do segundo capítulo será construir uma síntese da prática política da burguesia industrial no período de interesse. Para tanto, levaremos em consideração os aspectos do discurso analisado anteriormente, seu poderio enquanto setor econômico e a afirmação da burguesia industrial enquanto fração autônoma de classe pela contradição entre as demais frações do bloco no poder e, também, pela contradição entre operariado, que em fins da Primeira Guerra Mundial encontrava-se mais organizado que o patronato (LEME, 1978, p. 10). Dessa forma, as obras de Perissinotto (1994), Fritsch (1990) e Leopoldi (1986), além das obras já citadas, serão preferencialmente utilizadas. A conclusão servirá à confirmação da relação entre a prática e o discurso e, assim, alcançar o objetivo proposto.

I. AS BASES DO PENSAMENTO ECONÔMICO INDUSTRIALISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A estruturação de um discurso não se dá desvinculado da realidade concreta. Ele é produto do meio, mas também influi sobre o mesmo. Segundo Perissinotto (1994, p. 153), a consolidação econômica da indústria na primeira república e sua organização enquanto fração autônoma de classe só se dá concomitantemente a uma “expressão ideológica consciente”. Torna-se fundamental, para a compreensão das mudanças nas estruturas sociais, apreender o potencial do pensamento que dá base a uma ideologia. Como diz Rubin (2014, p. 28):

De um ponto de vista histórico, as doutrinas e ideias econômicas podem ser incluídas entre as mais importantes e influentes formas de ideologia. Como em outras formas de ideologia, **a evolução das ideias econômicas depende diretamente da evolução das formas econômicas e da luta de classes. As ideias econômicas não nascem no vácuo.** Frequentemente, surgem diretamente da agitação dos conflitos sociais, do campo de batalha entre diferentes classes sociais. (Grifo meu)

Também segundo Perissinotto (1994, p. 154):

A ideologia da burguesia industrial definiu o comportamento do conjunto do empresariado industrial e de seus representantes, definiu suas reivindicações, os seus modos de organização, a sua participação política, assim como as suas elaborações teóricas e a sua visão da sociedade e da economia brasileiras.

Com base nos apontamentos anteriores, fica clara a importância de analisarmos o desenvolvimento do pensamento industrial brasileiro no período para subsidiar a compreensão da prática daquela burguesia industrial. Por esse motivo, o estudo das bases do pensamento se dará como objeto distinto da prática, mas cabe salientar que essa opção é tão somente expositiva, dado que, as ideias e a ação fazem parte da mesma totalidade e não se explicam autonomamente.

I.1. Nacionalismo

Data da década de 1880 o primeiro surto industrial ((SIMONSEN, 1973, p. 16); (SILVA, 1976, p. 71)). É também no início dessa década que surge o documento que Luz (1961, p. 61) e Carone (1977, p. 6) apontam como um marco do pensamento econômico

industrialista: O manifesto da Associação Industrial⁹. Essencialmente um folheto propagandístico, no qual conclama a união dos industriais sob os auspícios de uma entidade de classe. Critica a teoria econômica do livre-cambismo, a qual chama de metafísica, e defende que por trás dos interesses para que o Brasil siga tal teoria estariam os países industrializados que visavam nos manter dependentes de importação de manufaturados. Em contraposição, defende o estudo das leis econômicas através dos fatos e da busca pelo progresso. Espelha-se em exemplos históricos da adoção bem sucedida de políticas protecionistas, mas que as mesmas devem ser avaliadas caso a caso, não cabendo uma teoria de aplicabilidade geral. Reclama a falta de apoio do governo e da alta taxa de juros. Por fim, argumenta que a industrialização expande o mercado de trabalho, moralizando a população pela cultura do labor. Nesse pequeno documento já estavam presentes os principais traços da ideologia industrial construída durante a primeira república, como o nacionalismo, a leitura particularista da doutrina liberal e o positivismo.

O nacionalismo não era uma doutrina associada especificamente ao pensamento industrialista, muitas vezes inclusive fora usado como argumento antiindustrialista. Segundo Perissinotto (1994, p. 154), a ideologia do nacionalismo econômico não é propriamente industrial, mas “nasceu e cresceu com o nascimento e o desenvolvimento da indústria nacional.” Para o autor, a ideologia própria da burguesia industrial era o *protecionismo*. “*Enquanto os nacionalistas pregavam a necessidade de se industrializar o Brasil para que atingíssemos a nossa soberania econômica e política, o protecionismo aparecia como a condição fundamental para que isso acontecesse.*” (PERISSINOTTO, 1994, p. 154)(Grifo no original).

Fonseca (2012, p. 26-29) é mais enfático ao diferenciar o pensamento nacionalista das ideias industrialistas. Para o mesmo, o nacionalismo surgiu ainda no período colonial como crítica ao exclusivismo metropolitano e a partir do final do século XVIII começa a se associar aos ideais de independência. Nesse contexto, nacionalismo e liberalismo estavam consorciados, pois se fortaleciam na crítica ao absolutismo.

...o nacionalismo significava não só romper os laços com Portugal, mas expressar o repúdio às leis, regulamentações, concessões monopolistas e outras instituições mercantilistas,

⁹ Segundo Carone (1977: 19) o texto data de 1881, mas Luz (1961: 61) cita como se publicado em 1882. O manifesto fora escrito por Antônio Felício dos Santos, o maior representante dos industriais nesse primeiro surto industrial. Natural de Minas Gerais, Felício era de uma família ligada às atividades industriais e, apesar de médico, a política e indústria – proprietário de indústria de tecido na primeira república – foram suas principais atividades (LUZ, 1961, p. 61).

do ponto de vista econômico, e a afirmação da soberania nacional, no campo político. (FONSECA, 2012, p. 26)

Foi somente com a expiração dos tratados comerciais, ao final da primeira metade do século XIX¹⁰, que os ideais nacionalistas se coadunaram com o pensamento protecionista. Tal movimento se conformou em 1844 na tarifa Alves Branco (LUZ, 1961, p. 17-18). Esse é também o momento em que o nacionalismo não radical se associou ao discurso - em gestação - em prol da industrialização. Rodrigues Tôrres, ministro da fazenda em 1850, já reconhecia a “superioridade da indústria e do comércio como fonte de riqueza” (LUZ, 1961, p. 20) e seu nacionalismo leva-o a defender medidas em prol da industrialização, desde que as mesmas não ofendessem os interesses agrícolas. E, a partir desse momento, **“embora nem todo nacionalismo fosse industrializante, a defesa da indústria tinha no nacionalismo um dos seus melhores argumentos”** (FONSECA, 2012, p. 27) (Grifo no original).

Especificamente no primeiro período republicano, o argumento nacionalista passa por diversas transformações. No primeiro momento, alimentado pelo novo governo provisório, que instalaria uma república federativa no país, o nacionalismo torna-se um dos principais argumentos em prol da industrialização. Com o correr do tempo, as frequentes crises de balanço de pagamento, a desvalorização cambial, o “excesso” de proteção dispensada à indústria (muitas das vezes com intuitos mais fiscais do que representando um sistemático sistema protecionista), a carestia e a própria organização industrial, que passa a se contrapor à fração hegemônica de classe e aos interesses do capital estrangeiro, leva ao acirramento da disputa pela bandeira nacionalista. Com isso, já nos últimos anos do século XIX, o nacionalismo ganha ares de um nacionalismo rural, com contornos xenófobos ((FONSECA, 2012) (LUZ, 1961)).

As agitações do período final do Império, associadas à expansão industrial da década de 1880, tornaram o ambiente propício à profusão de ideias modernizantes e os industriais tomaram para si essa bandeira, assim como se imbuíram do “espírito republicano” (FONSECA, 2012). O momento também favoreceu o desenvolvimento do ideal nacionalista, que Luz (1961, p. 64) divide em duas etapas nas primeiras décadas republicanas. O primeiro momento seria fruto do otimismo pela instauração da república e pelo próprio momento de expansão econômica do final do Império e primeiros anos da república, esse momento terminaria com a crise do Encilhamento, que daria início a segunda etapa do pensamento

¹⁰ O principal tratado comercial é o de 19 de fevereiro de 1810, renovado em 1827 e que expirou 1843. Tal tratado privilegiava as manufaturas britânicas com tarifa preferencial de 15% (inferior à tarifa que os gêneros portugueses pagavam, de 16%) (LUZ, 1961, p. 17)

nacionalista. Apesar de a autora citar Amaro Cavalcanti¹¹ como sendo representante da primeira etapa e Serzedelo Correa¹² da segunda, compreendemos, assim como Fonseca (2012, p. 30), que ambos estavam entre os defensores da indústria no período inicial republicano e que o diferencial entre as etapas era tão somente as reivindicações¹³, não deixando de reconhecer eventuais diferenças entre as argumentações dos atores citados.

O nacionalismo econômico adotado pelos primeiros industrialistas da república associou indústria à independência do país (FONSECA, 2012, p. 30) e apresentou sérias críticas ao comércio importador. Para Amaro Cavalcanti, por exemplo, os comerciantes se colocavam contra o desenvolvimento industrial, pois esse colocaria em risco as suas posições monopólicas em relação ao consumo no país (LUZ, 1961, p. 66). Já para Serzedelo Corrêa a política não intervencionista representa, de fato, o interesse do comércio estrangeiro (CARONE, 1977, p. 45). Outro ponto dentro do argumento nacionalista, adotado pelo pensamento industrialista, e que também era levantado contra o comércio importador, eram os desequilíbrios da nossa balança de pagamentos, segundo Amaro Cavalcanti esses desequilíbrios eram causados pelas atividades importadoras e fora causa primordial da constante desvalorização cambial que o país sofria (LUZ, 1961, p. 66). Argumentando contra a especialização primária, Cavalcanti “Antecipando-se à futura tese cepalina da deterioração

¹¹ Amaro Cavalcanti, nascido entre 1848 e 1849 no Rio Grande do Norte, trabalhou no comércio em Pernambuco e foi professor de latim em 1872. Como professor foi aos Estados Unidos para estudar o sistema de instrução elementar e se graduou em direito em Albany em 1881. Foi Diretor-Geral da instrução pública no Ceará e em 1883 foi nomeado professor de Latim no Colégio Pedro II. No Rio de Janeiro atuou como advogado, foi Presidente da Companhia Viação Central do Brasil e procurador do Banco da República, onde solidificou os conhecimentos de economia e finanças. Ingressou na política como deputado na Assembleia Geral, Senador na Constituinte Republicana e na Primeira Legislatura e deputado na Terceira. Ocupou diversos outros cargos na administração pública, como ministro da Justiça no governo Prudente de Moraes (1898-1906), prefeito do Distrito Federal (1917-1918) e ministro da Fazenda e interino da Justiça (1918-1919), além de ter sido um dos mais profícuos produtores de obras econômicas no período (LUZ, 1961, p. 65-66). Foi árduo defensor das indústrias, que para ele era as fontes produtoras de riqueza de uma nação, pois a agricultura era precária e irregular, dependente das questões climáticas, e se opôs ao comércio importador.

¹² Serzedelo Correa nasceu em 1853 em Belém. Como 16 anos entrou para o exército como soldado raso e mudou-se para o Rio de Janeiro, cursando a Escola Militar da Corte e formou-se com distinção. Foi da primeira turma do curso de Estado-Maior, formando-se em 1881. Participou das campanhas abolicionistas e em novembro de 1889, então capitão do exército, marchou ao lado de Benjamin Constant para o campo de Santana, tornando-se secretário do ministro de Guerra do novo regime. Foi deputado pelo Pará na Assembleia Constituinte de 1890 e foi ministro da Fazenda entre 1892 e 1893. Desligou-se do exército e foi eleito como deputado durante quatro legislaturas seguidas, aonde foi sempre relator do orçamento público. Em 1910 foi prefeito do Distrito Federal. Foi um dos fundadores do Centro Industrial do Brasil (CIB) e um dos maiores representantes do industrialismo no primeiro período republicano (LUZ, 1961, p. 73-74). Argumentava em favor do desenvolvimento conjunto da produção nacional e isso o distinguia dos industrialistas que viam o desenvolvimento da indústria como a modo de romper com a dependência econômica das economias industrializadas. Fora mais favorável às indústrias que processavam matérias-primas e era a favor do orçamento equilibrado e de uma política monetária mais conservadora. Era defensor de uma política protecionista sistemática que induzisse a produção indústria e agrícola e, por fim, mantinha a opinião de que as empresas estrangeiras estabelecidas no país deveriam empregar seus lucros no país.

¹³ Durante a crise do Encilhamento, os industrialistas clamavam pelo socorro governamental às “boas indústrias” e justificavam que não fora a própria indústria a causadora da crise.

dos termos de intercâmbio, percebia uma relação entre especialização primária e crise do balanço de pagamentos.” (FONSECA, 2012, p. 30). Para alguns, como Aristides de Queiroz¹⁴, o desequilíbrio de nossa balança comercial se dava pelo vazamento de nossas riquezas para o exterior, fato oriundo do nosso exclusivismo agrário (LUZ, 1961, p. 70).

Entretanto, apesar da crítica ao comércio importador, a burguesia industrial não se levantava contra o capital estrangeiro. Para Amaro Cavalcanti, enquanto o capital interno não fosse suficiente para levantar a indústria nacional, não poderia ser dispensado o capital estrangeiro (CARONE, 1977, p. 39) e Pandiá Calógeras¹⁵ dizia:

...prefiro o capital estrangeiro, capital estrangeiro que se destina a construções de estradas de ferro necessárias ao desenvolvimento geral do país e que, depois do prazo determinado, durante o qual recebem lucros do se capital, passa para o domínio da nação. É esse o fim do capital estrangeiro; desenvolve o país e serve mais tarde de fonte de renda; pois semelhante patrimônio é adquirido pela nação (LUZ, 1961, p. 88)

Havia, por fim, o nacionalismo agrário, ou movimento ruralista, que era marcado por uma ideia de retorno às origens rurais e que defendia a tese de que o Brasil era, por natureza, agrícola (LUZ, 1961, p. 85-95). Esse nacionalismo era, muitas vezes, xenófobo e chegava a se opor às imigrações. Pregavam a existência de uma oposição entre campo e cidade e, segundo Alberto Tôrres¹⁶, um de seus principais ideólogos, a civilização urbana seria fictícia e artificial, assim como a nossa industrialização. Segundo Luz (1961, p. 95), o radicalismo nacionalista de Alberto Tôrres desvencilhou “os sentimentos nacionalistas e o movimento industrial que, paradoxalmente, baseava as suas reivindicações em argumentos nacionalistas” durante grande parte da primeira república.

¹⁴ Natural da Bahia, Aristides Queiroz foi engenheiro civil e médico, membro do instituto politécnico brasileiro e professor. Deputado estadual constituinte (1891-1892), reeleito em 1893-1894 e Deputado Federal em 1894-1899 (BAHIA).

¹⁵ Natural do Rio de Janeiro, engenheiro da Escola de Minas (Ouro Preto, 1890). Foi Deputado Federal em 1897. Ficou famoso em 1903 pela publicação “As minas do Brasil e sua legislação” onde defende o direito da Nação sobre a exploração do subsolo. Reeleito também em 1903 e várias vezes seguidas, torna-se Ministro de Agricultura, Indústria e Comércio, sob o governo Venceslau Brás, assumindo, em 1915, o ministério da Fazenda. Em 1918 chefiou a delegação brasileira na conferência de Paz em Versalhes, posteriormente tornando-se o primeiro ministro, civil, da Guerra (FGV).

¹⁶ Alberto Torrês se formou em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, natural do Rio de Janeiro, estado onde retornou após se formar. Lutou pelos ideais abolicionistas e republicanos e com a proclamação da república foi eleito deputado federal. Em 1896 foi ministro da Justiça de Prudente de Moraes e entre 1898 e 1900 foi Governador do Estado do Rio de Janeiro, por fim, nomeado ministro do Supremo Tribunal por campos Sales.

I.2. Leitura particularista da doutrina liberal

O pragmatismo, o apelo aos fatos históricos e a prática voltada à resolução dos problemas reais são as principais características da *primeira geração de industrialistas* (CARONE, 1977, p. 6). Desta forma, a crítica aos economistas ortodoxos e à teoria do *laissez-faire* também foi um argumento constante no pensamento econômico industrial brasileiro no início da primeira república. O liberalismo, entretanto, entrou no ideário industrialista de formas distintas.

Ao final do século XIX e início do século XX, a revolução marginalista já estava em marcha, e a teoria do valor utilidade já havia surgido para harmonizar os interesses de classe contrapostos pela teoria do valor trabalho. Rubin (2014, p. 397) aponta o período entre 1830 e 1848 como marco de transformação da ciência econômica, segundo o autor, Henry Carey e Frédéric Bastiat formam o capítulo final da dissolução da escola clássica. A doutrinária exposição de ambos teve com objetivo sustentar que o livre desenvolvimento das forças capitalistas conduziria à “harmonia de interesses” entre as classes. Todavia, a solução smithiana da mão invisível continuava como um dos pilares do ideário liberal e sua teoria do mercado como a “matriz teórica da ordem social liberal” (GANEM, 2012, p. 127). Da teoria do mercado, provém a ideia da não intervenção do Estado na economia, pois a mão invisível orientaria os interesses privados em direção a um bem-estar coletivo.

Dentro dessa mesma perspectiva, a teoria das vantagens comparativas desenvolvida por Ricardo era uma das bases teóricas mais importantes dos defensores do livre cambismo. Em largas pinceladas, a especialização, do país, na produção daqueles bens que possuía maior produtividade seria benéfica a todos os países. Cada país produziria apenas aqueles bens nos quais tinha, relativamente, maior produtividade e trocava os outros livremente no mercado. Isso geraria um aumento da oferta de gêneros em todos os países.

Assim, a crítica ao liberalismo econômico era baseada na não aplicabilidade prática de tais teorias econômicas e nas observações históricas dos fatos. Como dizia Amaro Cavalcanti:

...por mais que digam ou pretendam em contrário os *economistas ortodoxos*, os quais, nesse particular, se identificam com os *individualistas mais exagerados*, porque uns e outros entendem que toda a intervenção do Estado, na ordem econômica, é indébita e funesta; todavia, na prática geral dos povos, nunca foi, não é assim em parte alguma; e não sei mesmo

se um dia virá a sê-lo, por constituir um regime melhor para os indivíduos e para a coletividade. (CARONE, 1977, p. 33)¹⁷ (Grifo no original)

Ou, como observou Vieira Souto¹⁸ sobre a prática inglesa da adoção do livre câmbio:

Como logrou o livre câmbio dominar por muitos anos o comércio internacional de quase todo o mundo? Não há quem ignore que foi a Inglaterra que instituiu em 1846, depois de haver durante séculos se fortalecido e enriquecido á custa do mais exagerado protecionismo e até do proibicionismo. A propaganda da Inglaterra estendeu-se e penetrou desde então toda a parte. (CARONE, 1977, p. 48-49)¹⁹

Vieira Souto, no mesmo texto da citação anterior, continuou sua exposição com a afirmação de que apenas Estados Unidos e Rússia não adotaram as medidas propostas pela propaganda inglesa. No mais, França, Áustria, Itália e Alemanha adotaram o livre cambismo e se arrependeram rapidamente. Conclui que a Inglaterra adotou políticas de livre mercado não por ser uma doutrina absoluta sempre válida, e sim porque condizia com os interesses econômicos do país.

Ainda dentro da crítica ao liberalismo, os industrialistas brasileiros recorriam também a List, clássico autor alemão que defendia o intervencionismo com vias a acelerar o processo de industrialização em países periféricos. List não rejeitava por princípio o liberalismo econômico, mas as medidas industrializantes eram a chave do seu pensamento e isso o levava a criticar incansavelmente as práticas de livre mercado (FONSECA, 2000, p. 352-355). Outra semelhança entre List e os pensadores industriais era a afirmativa de que não haveria contradição entre os interesses agrícolas e industriais.

Em tais circunstâncias, toda ampliação ou aperfeiçoamento de uma manufatura já existente aumenta a demanda de produtos agrícolas. Tal demanda não está sujeita à incerteza: não depende de regulamentações comerciais estrangeiras ou oscilações comerciais estrangeiras, de convulsões e guerras políticas estrangeiras, de invenções ou aperfeiçoamentos estrangeiros ou de colheitas estrangeiras. (LIST 1938, 29 *apud* FONSECA 2000, 354)

A mesma ideia aparece na apresentação do Boletim do Centro Industrial, escrito por Rafael Viera Souto:

¹⁷ A ortografia foi atualizada.

¹⁸ Rafael Vieira Souto foi líder do Centro Industrial do Brasil (CIB). Apareceu mais ativamente no debate com Joaquim Murinho sobre a política monetária do governo Campos Sales e na década de 1900, envolvido nos debates sobre as tarifas aduaneiras. Segundo o ponto de vista de Viera Souto, a especificidade de país novo que era o Brasil, tornava necessária a intervenção estatal na economia com vias a desenvolver a nação através da industrialização. Assim como Serzedelo Correa, Viera Souto também defendia um desenvolvimento combinado da Agricultura e indústria (CORRÊA, 2008).

¹⁹ Foi feita a correção ortográfica da citação.

A organização do Centro Industrial do Brasil indica que a classe dos fabricantes, agora unida, entra firme na defesa de seus interesses, que são, aliás, os interesses da economia nacional. A lavoura adere a este movimento, já pela necessidade de garantir aos seus produtos o consumo interior, já pela convicção de que os interesses da agricultura e da indústria fabricante são harmônicos, são correlatos, além de outras razões porque a agricultura fornece matérias primas às fabricas e essas fornecem-lhe máquinas, ferramentas, resíduos e adubos, sem os quais não há cultura intensiva e aperfeiçoada (CARONE, 1977, p. 55)²⁰

Outra forma de encarar o pensamento liberal foi o que Fonseca (2000) chamou de “liberalismo de exceção”. Essa abordagem é baseada no apelo aos autores liberais de maneira a confirmar que a adoção das políticas liberais não se faz em todos os casos. Assim, os ideólogos do industrialismo nacional, recorriam às exceções, apresentadas por aqueles autores, nas quais a adoção do liberalismo econômico gerava problemas, e as apresentavam como justificativa para o caso brasileiro. Fez assim, por exemplo, Serzedelo Corrêa, dizendo: “Ao passo que uma proteção razoável – é Adam Smith que nos diz, e essa opinião faz autoridade que não se discute...” (CARONE, 1977, p. 45), Ou Amaro Cavalcanti: “Economistas Ortodoxos, dos mais insignes, como A. Smith e Stuart Mill, são os primeiros a confessar que a ação auxiliar ou supletiva do Estado é certamente justificada...”²¹.

Ainda em relação ao liberalismo, Angela Gomes (1996) analisa como o ideário liberal era pragmaticamente abordado pela burguesia industrial. Segundo a autora, o empresariado não abandonou os princípios liberais, mas compreendia sua incapacidade de gerar soluções globais a todos os problemas, desta forma, “‘adaptaram’ tais princípios às questões concretas que encontraram.” (GOMES, 1996, p. 93). O que teria sido mantido como regra da agenda liberal foi a inviolabilidade dos direitos privados e também o fato de “que as intervenções do Estado no âmbito da vida econômica deveriam se restringir à criação de condições para o fortalecimento e expansão da indústria, ou seja, medidas de proteção e amparo, mas não de concorrência.” (FREITAS FILHO e CURY, 2004, p. 18).

O liberalismo também entrou na pauta sempre que o assunto fora a regulação do mercado de trabalho. No início do período republicano a posição industrial era sempre em sentido contrário a qualquer intervenção estatal nesse mercado. O empresariado industrial vinha construindo uma concepção sobre economia brasileira bem distinta do pensamento agrário e comercial, entretanto, no plano político e social se mostrara reacionário e conservador assim como as demais classes dirigentes (LEME, 1978, p. 159). Nos termos de

²⁰ A ortografia da citação foi atualizada.

²¹ A ortografia da citação foi atualizada.

Freitas Filho e Cury (2004, p. 8), a participação no exercício da atividade industrial cada vez maior dos trabalhadores não os credenciou como partícipes dos projetos e programas propostos, apenas os relegaram uma posição subalterna. A posição do empresariado, após a Primeira Guerra mundial, passa a ser a de assumir como necessária certa regulamentação, mas argumenta que o gradualismo para a implantação da mesma é necessário, inclusive utiliza também exemplos históricos, principalmente ingleses, para subsidiar a argumentação. Além desse fato, a delimitação da regulamentação também passa a ser a pauta, essa deveria ser decidida entre os próprios empresários, afinal, eles eram os maiores conhecedores do assunto, interessados e dispostos ao diálogo (GOMES, 1996).

I.3. Positivismo

Por fim, outra grande influência do pensamento industrialista foi o positivismo. Não havia faculdade de economia no Brasil no final do século XIX e início do século XX, foi do curso de direito, assim como do de engenharia, de onde saíram grande parte dos ideólogos do industrialismo da primeira república. Dentro das universidades de direito, o pensamento jusnaturalista (e liberal) tinha como principal oponente a escola positivista, influenciada principalmente por Augusto Comte. O pensamento positivista também era presente nas escolas de engenharia e tinha forte representatividade no exército (FONSECA, 2012). Comte, assim como a maioria dos pensadores positivistas, não contestava que o caminho para o progresso fosse através do capitalismo e da livre iniciativa e era a favor de alguns argumentos presentes no ideário dos economistas liberais, como a máxima do equilíbrio fiscal, por exemplo. Entretanto, reconhecia a influência iluminista nos pensadores do liberalismo econômico “quando o pensamento humano rechaçava as causas divinas para explicar os fenômenos sociais, mas ainda estava preso à filosofia, ao dedutivismo e à metafísica.” (FONSECA, 2000, p. 349). Do pensamento positivista os industriais tomaram para si a pecha de modernos, pragmáticos, livres de preconceitos e “verdades apriorísticas” e a argumentação favorável à intervenção estatal, desde que voltada a auxiliar a sociedade no caminho do progresso (FONSECA, 2012, p. 38) e, dentro de certos limites, novamente a questão do equilíbrio fiscal é o exemplo mais importante. Amaro Cavalcanti deixa clara a influência positivista em tal argumentação:

O sistema que qualifiquei de *experimental* ou *positivo* não admite soluções fundadas em fórmulas absolutas: procurando tirar vantagem da harmonia conveniente das forças rivais dos dois sistemas anteriores [socialista e individualista], firma a procedência de suas

conclusões na observação dos próprios fatos, deduzindo destes as regras e princípios da melhor orientação, nos casos sujeitos (CARONE, 1977, p. 37)(Grifo no original)²²

Em síntese, com base em toda a argumentação anterior, podemos perceber que o constructo do pensamento econômico industrialista na primeira república se apoderou de argumentos que já estavam presentes no debate da época, como é o caso do nacionalismo, mas que os adaptou as suas necessidades, tornando-os quase próprios. O pragmatismo e a moderação são, também, características que permearam tal discurso. A moderação fora utilizada como instrumento de convencimento dos que, apesar de defender a vocação agrícola do Brasil, não se colocavam contra a indústria (FONSECA, 2012, p. 31). Já o pragmatismo, frente ao argumento do liberalismo econômico, corrente do *mainstream* econômico da época, se fazia necessário pela falta de uma construção teoricamente sólida e também quando se tornava interessante adotar princípios liberais, como nos debates sobre a regulação do mercado de trabalho. Entretanto, o *proteccionismo*, que segundo Perissinotto (1994, p. 154) é propriamente a construção ideológica da burguesia industrial contra a luta antiindustrialista, aparece de maneira fragmentada no início da república. Geralmente o argumento protecionista aparece como reação a algum mal-estar econômico, fruto de alguma crise e/ou mudança nas tarifas alfandegárias, e se apoia nos argumentos já descritos. Desta forma, optamos por trabalhar tais argumentos no momento em que tratarmos das práticas industrialistas no período. Assim como nos parece mais interessante tratar os debates que permearam a época também quando tratarmos da prática da burguesia industrial.

²² A ortografia foi atualizada

II. A PRÁTICA POLÍTICA DA BURGUESIA INDUSTRIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ao final da Primeira República a indústria se consolidaria como principal setor econômico do Brasil, o centro dinâmico da economia brasileira (FURTADO, 1959). Os caminhos que a indústria percorreu durante toda a primeira experiência republicana do Brasil, as lutas protecionistas, a busca do reconhecimento frente ao Estado e a sociedade enquanto setor econômico relevante e indutor do desenvolvimento econômico da nação, sua evolução organizativa enquanto uma fração autônoma de classes e o avanço das contradições frente ao proletariado e as demais frações do bloco no poder são os pontos que motivam esse capítulo.

Ainda sobre a égide do império e amparado pelo resultado positivo nas contas externas, graças à safra recorde de café e dos investimentos estrangeiros em infraestrutura, somado ao empréstimo internacional que fora tomado para fazer frente às indenizações da abolição, Ouro Preto, então ministro da Fazenda, visando atender as necessidades decorrentes do aumento do mercado de trabalho, pela libertação dos escravos e pelo fluxo de imigrantes, e manter o nível de atividade econômica, institui em 1889, um banco de emissão, com vias a expandir o meio circulante e facilitar as operações de crédito. Essa política expansionista, entretanto, aos olhos de Ruy Barbosa, crítico feroz de Ouro Preto, não dava conta das necessidades do país. Assim, instituído o governo provisório no final de 1889, Ruy Barbosa, agora ministro da Fazenda, adota uma série de medidas para acelerar o desenvolvimento econômico da nação. As principais medidas foram a instituição de bancos de emissão em várias regiões do país (Decreto nº 165) e a alteração na forma de constituição de sociedades anônimas (Decreto nº 164). Todas essas medidas, somadas ao sentimento de euforia provocado pela esperança do progresso que viera com a instauração da República, deixaram os “mercados” deslumbrados e a euforia na bolsa foi reforçada. Esse momento ficou conhecido na história como Encilhamento.

A euforia levou a abertura de capital de diversas empresas na bolsa, a grande maioria de caráter efêmero e que não poderiam se sustentar após esse *boom* especulativo. Os resultados desse fato para a indústria suscitaram um longo debate na historiografia econômica, debate esse sintetizado por Suzigan (1986, p. 48-51), para alguns como Stein (1979), Fishlow (1972), Mello (1982) e Cano (1977), apesar dos abusos e das diversas firmas que foram abertas na bolsa de maneira efêmera, de fato foi um marco positivos para a indústria, pois a

expansão monetária e do crédito serviu como estímulo aos investimentos industriais. Já Versiani e Versiani (1977), analisando exclusivamente a indústria têxtil, observam que a captação de recursos no período é marginal, se comparado ao reinvestimento de lucros, e 75% da capacidade instalada das fábricas de tecidos com ações na Bolsa do Rio de Janeiro em 1905 pertencia a empresas fundadas antes de 1890 (VERSIANI e VERSIANI, 1977, p. 137), sendo assim, concluem que o impacto do Encilhamento na capacidade da indústria têxtil é muito limitado. Suzigan acaba por corroborar a hipótese de que tanto a política monetária expansionista como as reformas de Ruy Barbosa, apesar da euforia e do movimento especulativo, foram positivas para a expansão dos investimentos industriais e facilitaram a formação do capital industrial.

Entretanto, a euforia só durou até o final de 1891 quando o país é acometido por uma crise cambial. Com o estouro da crise do Encilhamento, os industriais se voltam ao governo em busca de empréstimos (PERISSINOTTO, 1994, p. 139), esse momento marca o fim da unanimidade republicana a favor da industrialização (LUZ, 1961, p. 111). Os descalabros dos anos anteriores, somado ao encarecimento do custo de vida, que segundo os comerciantes importadores, fora provocado pelo excesso das emissões monetárias, além da repercussão internacional, que poderia abalar o crédito do país no exterior, foram as principais linhas de argumentação, além de acusarem a indústrias, que seriam filhas da especulação, de terem sido as culpadas pela crise que assolava a nação. Nesse sentido, os importadores enviaram uma representação ao governo afirmando que caso as indústrias fossem agraciadas por uma linha de crédito, o país enfrentaria uma maior desvalorização cambial, o que dificultaria a imigração e a entrada de capital. Os industrialistas, por sua vez, recorreram aos argumentos nacionalistas da defesa do trabalho nacional e da independência econômica. Esses reconheceram os excessos das políticas de Ruy Barbosa, mas argumentam contrariamente a medidas deflacionistas (LUZ, 1961, p. 110-113). Por fim, todas essas manifestações contrárias se mostraram inúteis, a Representação enviada ao Congresso pelos industriais conseguiu que o governo aprovasse os empréstimos pleiteados, principalmente através do Banco da República do Brasil (PERISSINOTTO, 1994, p. 139), por mais que essa medida tenha servido mais para que as empresas saldassem as dívidas frente ao Banco da República do Brasil e não para incentivar o desenvolvimento econômico.

Cabe ressaltar que no início da República a burguesia industrial carioca já tinha algum peso econômico e era relativamente organizada. Já existiam diversas associações de classe, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1820 e que em 1904 tornar-se-ia o

Centro Industrial do Brasil, a Associação industrial de 1881, o Centro Industrial de 1890, entre outros, das quais muitos não tiveram tanta importância, mas serviram como base para sedimentar a união entre essa fração de classe, assim como a oposição ao movimento operário. Também nessa época, a participação dessa burguesia no Congresso e nos órgãos encarregados da elaboração das pautas tarifárias e orçamentos era considerável. Segundo Leopoldi (1986, p. 66-67), a partir de 1880 já existia uma forte relação circular entre o crescimento da indústria e a evolução organizativa da burguesia industrial, pois as organizações aumentavam a pressão sobre o Estado a fim de conquistar proteção à indústria, crédito e outros benefícios fiscais e essas benesses facilitavam os surtos de crescimento, que aumentavam assim o poder econômico e conseqüentemente, político.

A primeira década republicana também foi marcada por “indiscriminados favores às indústrias ou pseudo-indústrias” (LUZ, 1961, p. 114-118). Esses abusos estavam baseados na falta de uma legislação específica sobre a isenção de direitos aduaneiros, com base nisso, houve muito favoritismo em decretações específicas, leis especiais e outros que buscassem favorecer indústrias específicas²³. Essa questão, sem dúvidas, também se agregou ao movimento contrário à industrialização que se avolumava entorno do Estado, alegava-se que essa indefinição e o conjunto de isenções provocavam desfalque no Tesouro Nacional. Contra esse sistema de favoritismos, os próprios defensores da industrialização se levantaram, nas palavras de Artur Tôrres, “As indústrias devem ser auxiliadas por medidas amplas e de caráter geral; mas nunca com decretações de auxílios pecuniários que só servem para favorecer os que exploram explorações industriais e nunca se empregam nelas.”.

A crítica ao favoritismo e às concessões de caráter privilegiado serviu de base para a luta industrial em busca de uma tarifa alfandegária que trouxesse proteção à indústria nascente, mas que também fosse eficiente e equitativa. Assim, em 1896 entrava em vigor a nova pauta aduaneira que fora construída em comissão de 1895 com Leite e Oiticica como relator e Serzedelo Corrêa entre os integrantes. A pauta tivera uma orientação nacionalista em favor da produção nacional, agrícola e industrial, com atenção especial às indústrias que utilizavam matéria-prima nacional, e também com vias a aliviar os desequilíbrios da nossa balança comercial (LUZ, 1961, p. 119). Contudo, apesar do caráter protecionista desta pauta, ela não teve um caráter sistemático de induzir novas indústrias e “consistiu, principalmente,

²³ Essa confusão também é percebida nas diversas reformas aduaneiras ocorridas no período, por exemplo, em 1890 e 1892, e na pauta alfandegária que não tinha nenhuma lógica, por exemplo, taxavam-se algumas matérias-primas necessárias à indústria e isentava importados similares aos nacionais (PERISSINOTTO, 1994, p. 140).

em por certa ordem na pauta alfandegária e dar à renda aduaneira um valor mais próximo da realidade” (LUZ, 1961, p. 120).

Entretanto, a contínua desvalorização cambial e a carestia da segunda metade da década de 1890 marca um período sombrio para a indústria e para o crescimento econômico brasileiro. Segundo Leopoldi (1986, p. 58), entre 1896 e 1901 o valor das exportações de equipamentos industriais para o Brasil caiu mais do que 13,5% e o câmbio saía de 17 1/32d. por mil-réis em 1894 e chegará a 7 1/8d. em 1897²⁴. Levantam-se as hostilidades contra a industrialização e a lavoura passa a invocar o caráter exclusivamente agrário do Brasil e a criticar as indústrias “artificiais”²⁵. Somado a todo esse clima, a crise de superprodução do café agrava a crise financeira e uma nova pauta alfandegária é preparada, desta vez a comissão foi presidida por Leopoldo Bulhões. “Essa pauta assinala, na República, a primeira tentativa para se por em xeque o industrialismo inaugurado pelo novo regime” (LUZ, 1961, p. 122). A nova pauta de 1897, segundo Homero Batista, reduziu as tarifas alfandegárias, em média, 25% (LUZ, 1961, p. 122). A reação industrial se deu através da imprensa ainda durante o debate entorno da nova pauta, entretanto, o momento não era propício aos industriais.

No governo Campo Sales (1898-1902), inicia-se uma ofensiva, encabeçada pelo Ministro da Fazenda Joaquim Murinho, contra as indústrias “artificiais”. Todavia, com vias a cumprir o acordo do *funding-loan*, acordo pelo qual o Brasil suspendeu as amortizações da dívida externa por 13 anos e consolidou os pagamentos de juros dos diversos empréstimos anteriores em apenas um e que tinha como contrapartida a adoção de uma política monetária altamente contracionista e como garantia a hipoteca dos direitos alfandegários do Rio de Janeiro e de outras praças (GREMAUD, 2007, p. 4), o Ministro da Fazenda foi obrigado a adotar, além da política monetária contracionista, um ajuste fiscal. Como a renda alfandegária ainda era a maior receita do governo²⁶, em 1900 houve uma nova reforma tarifária, com caráter fiscal, mas que acabou tendo um viés protecionista e agradou os industriais (LUZ, 1961, p. 125). Por fim, apesar da melhora no balanço de pagamentos, a política deflacionista

²⁴ (LUZ, 1961, p. 120)

²⁵ A tese de indústrias “artificiais” versus indústrias “naturais” permeia todo o debate da industrialização brasileira. Aqueles que levantavam esse argumento diziam que o Brasil não deveria investir nas indústrias “artificiais”, que significava àquelas indústrias que não utilizavam matéria-prima nacional e precisavam importá-la, já as indústrias “naturais” seriam aqueles que processavam as matérias-primas produzidas internamente. Durante todo o período analisado essa questão aparece.

²⁶ Em 1898 67% do total arrecadado pelo Tesouro Nacional advinha das rendas alfandegárias (LUZ, 1961, p. 123).

causou uma redução nos investimentos industriais e uma crise bancárias, além da redução das taxas de crescimento (GREMAUD, 2007, p. 4).

No início da década de 1900 também teve início uma grande ofensiva tendo como bandeira a proteção do mercado nacional da invasão estrangeira. Essa ofensiva congregou industrialistas, agricultores, estadistas e políticos, principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e buscava uma política protecionista que defendesse e fomentasse a produção nacional. O Congresso de Engenharia de 1901, e principalmente o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de 1903 marcam esse movimento. Foi também nesse período, mais especificamente no ano de 1904, que se funda o Centro Industrial do Brasil (CIB), aquele que seria a principal entidade de classe da burguesia industrial durante a maior parte da Primeira República. “O CIB foi a primeira entidade de classe da indústria de caráter permanente, organizada sem qualquer interferência estatal” (LEOPOLDI, 1986, p. 68). No momento de surgimento do CIB, além das lutas tarifárias, a burguesia industrial também estava em momento de forte disputa com os movimentos operários, 17 greves haviam sido registradas no Rio de Janeiro entre 1898 e 1906. Certamente a contradição frente ao operariado é um dos grandes motivos para o surgimento da CIB. Por fim, na década de 1900 a entidade teve muita influência no Congresso e, se não conseguira aprovar uma pauta alfandegária francamente protecionista, bloqueou os ataques e as possíveis mudanças da pauta a favor do livre-cambismo. Por fim, a indústria paulista começa a se organizar e passa a participar ativamente e politicamente do movimento protecionista (LUZ, 1961, p. 129).

Com a entrada de Rodrigues Alves na Presidência, o governo passa a adotar uma política fiscal mais expansionista, por mais que tenha mantido uma política ortodoxa no plano monetário, investe em programas de obras públicas, saneamento, urbanização, reaparelhamento da malha férrea e obras de melhorias portuárias (LEOPOLDI, 1986, p. 58). Há que se considerar que houvera uma evidente melhora no cenário externo, através da expansão das exportações de borracha e do crescimento dos investimentos europeus no país (FRITSCH, 1990, p. 37). Se considerarmos a indústria, ela entra em um novo ciclo de crescimento após 1902 que se acelera após 1905 e vai até 1913, nesse período, a exportação de equipamentos industriais para o Brasil tem um aumento de 15,5% no valor, enfim, a energia elétrica passa a figurar como grande força motriz da indústria (LEOPOLDI, 1986, p. 58-59).

Em 1903, Leopoldo Bulhões, então Ministro da Fazenda, baseado em critérios puramente fiscais, encaminhou a uma comissão constituída pelo governo, e formada por congressistas, industriais e negociantes, um estudo da alfândega do Rio de Janeiro propondo alterações na Pauta alfandegária. Esse estudo deveria tornar-se um projeto apresentado no Congresso, entretanto, essa comissão não chegou a um consenso (PERISSINOTTO, 1994, p. 141). Assim como não houve consenso em comissão paralela formada sobre os auspícios da Associação Comercial do Rio de Janeiro, o que indica o conflito de interesses até entre distintas indústrias. Desta forma, o próprio Congresso apresentou um projeto de autoria do deputado mineiro João Luís Alves, que se autodeclarava altamente protecionista e seguia claramente as tendências nacionalistas em voga (LEOPOLDI, 1986, p. 133), entretanto o projeto sofreu “forte oposição, representada por interesses regionais, pelos do fisco, os da lavoura cafeeira e os de certas indústrias”. Entre 1904 e 1907 o projeto recebeu centenas de emendas e enfim o projeto foi abandonado, em 1908, mas consta que a indústria, entretanto, já havia conseguido um reforço protecionista pela elevação da cota ouro.

Em simultaneidade aos debates entorno da reforma da pauta alfandegária, corria uma campanha onde certas indústrias, dada a valorização cambial do início do século, fruto do cenário internacional favorável, em especial no ano de 1905, como as representadas pelo Centro Paulista de Fiação e Tecelagem, em nome dos empregos nacionais, da atração de capitais estrangeiros e das necessidades fiscais, lutavam pelo aumento dos direitos aduaneiros sobre certas qualidades de fios e tecidos e pela adoção de uma tabela móvel, sobre a qual a cota-ouro variasse seguindo a variação cambial. E, apesar do descontentamento do comércio importador, que aumentava os lucros no momento das variações cambiais, que fora atendido na lei orçamentária de 1905. Segundo a regulamentação, ficava instituída cota de 50% em ouro, do recolhimento dos impostos aduaneiros, caso o câmbio permanecesse 30 dias consecutivos acima de 15 d. por mil-réis e 35% para o mesmo período abaixo (LUZ, 1961, p. 129-130).

Entretanto, com a adoção da nova lei orçamentária, o custo de vida se tornou ainda mais oneroso, o que avolumou ainda mais as críticas à indústria nacional. O final da década de 1900 marca o momento onde as tensões para impor um projeto de país se acirraram ainda mais. A burguesia industrial encontra-se no momento de consolidação da organização de classe (PERISSINOTTO, 1994), do outro lado, a economia agroexportadora e o comércio importador passam a contar com o apoio da crescente classe média urbana e da opinião pública nas críticas à indústria nacional. As críticas ao aumento do custo de vida que, segundo

argumentavam, era uma consequência das políticas protecionista, e acompanhada pelo argumento contrário aos lucros excessivos auferidos pelos capitalistas industriais, à custa da carestia da população (LUZ, 1961, p. 131-136). Esse também é um momento crescente da organização proletária, 17 greves foram computadas entre 1898 e 1906 (LEOPOLDI, 1986, p. 69). Esses fatos, com certeza influenciaram a formação do CIB, que teve total relevância na defesa dos interesses indústrias nesse período. Como exemplo dessa relevância, o projeto proposto pelo então ministro da Fazenda, David Campista, em 1909 para reforma da pauta alfandegária que não congregava os interesses do CIB não tivera força para sair do papel, assim como os demais projetos, de cunho liberal, que se seguiram até a década de 1920 e que feriam os interesses dos industriais, não lograram êxito no Congresso.

Com a crise internacional de 1913 há o estancamento do fluxo de capitais estrangeiros e o preço do café no mercado internacional cai. As indústrias de tecido são especialmente afetadas pelo mau momento do comércio internacional. No Congresso, as críticas à indústria se faziam cada vez mais presentes, os empresários são acusados de, à sombra do protecionismo, terem expandido excessivamente a capacidade produtiva (LUZ, 1961, p. 144). Algumas indústrias já clamavam por políticas expansionistas, assim como o comércio (PERISSINOTTO, 1994, p. 144), entretanto, o ministro da Fazenda, Rivadávia Corrêa, só cedeu às pressões quando da deflagração da Primeira Guerra Mundial, o CIB também passou a pressionar por uma política de expansão monetária.

Assim como os efeitos do Encilhamento sobre a indústria geraram grandes debates, os efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a indústria também é um momento controvertido na historiografia econômica, Suzigan (1986, p. 51-61) mais uma vez se encarregou de sintetizar essa controvérsia. Pela teoria dos choques adversos²⁷, a guerra foi um evento positivo para o desenvolvimento industrial, suscitando o primeiro surte de industrialização por substituição de importação. Todavia, segundo o modelo de industrialização induzida por exportações²⁸, a interrupção do mercado internacional teria interrompido o processo de desenvolvimento industrial que as exportações de café na década de 1900 vinham estimulando, além disso, durante a guerra, a dificuldade de importar máquinas e matérias-primas impunha um limite à expansão da indústria. Enfim, Suzigan conclui que realmente houve um impacto negativo sobre o investimento industrial no Brasil, todavia, quando visualizamos pelo lado da

²⁷ A síntese sobre a teoria dos choques adversos está apresentada na introdução dessa monografia.

²⁸ A síntese também está desenvolvida na introdução.

produção, dois momentos são percebidos, inicialmente há a recuperação da crise de 1913, recuperação essa que dura até 1916, por fim o crescimento torna-se negativo em 1918.

Contudo, percebemos que essa expansão inicial da produção, fruto da capacidade acumulada, principalmente entre 1905 e 1911, associada ao ganho de importância do imposto sobre consumo, que durante os anos belicosos, dada a queda no fluxo do comércio internacional, tornou-se a principal receita do tesouro, foi um fator positivo para indústria, talvez não tanto em termos econômicos, como concluiu Suzigan (1986), mas em termos políticos. A indústria agora se impõe como grande setor empregador e gerador de receita (PERISSINOTTO, 1994, p. 145). Fato de destaque é que a indústria de São Paulo sai da Primeira Guerra como a maior e mais dinâmica do país, ultrapassando o Rio de Janeiro²⁹.

Durante o conflito, em 1915, o Congresso tentou emplacar novamente a reforma alfandegária. Entretanto, apesar de reconhecer a necessidade de reforma, o argumento industrialista defendido pelo CIB foi de que, por se tratar de um momento anômalo na economia, qualquer mudança feita teria de ser alterada quando houvesse o retorno à normalidade, logo, não era propício executar nenhuma mudança no momento. Novamente o CIB mostrou sua força organizativa e barrou o projeto que não fora levado a diante (LUZ, 1961, p. 147). Contudo, terminado o conflito, Homero Batista, então ministro da Fazenda, tentou passar rapidamente pelo congresso, com pedido do presidente para que o projeto fosse adotado de imediato, uma nova pauta alfandegária que atacava as indústrias ditas “artificiais”, desta vez foi a vez da indústria paulista se levantar, sobre os auspícios da Associação Comercial de São Paulo, presidida por Jorge Street, que enviou representação ao Congresso exigindo amplo debate (PERISSINOTTO, 1994, p. 146). A lavoura cafeeira, amparada pelo discurso xenófobo de Alberto Tôrres, se levantou contra os imigrantes erradicados no Brasil (esses constituíam a origem da burguesia industrial paulista), mas a bancada paulista de forma coesa apoiou a indústria, em detrimento da lavoura. Esse fato exemplifica a importância da indústria paulista já em 1919.

No após a Primeira Guerra e no decorrer dos anos 1920 as tensões sociais se intensificam e o custo de vida permanece alto (LUZ, 1961, p. 152). A indústria têxtil sofre quando o comércio é retomado, porém pode respirar entre 1920 e 1923 com a desvalorização cambial, dado que a pauta alfandegária estava com os preços básicos para cálculo das tarifas

²⁹ Em 1920 estão investidos 441.669 contos, a força motriz é de 69.703 C.V. e o número de operário é de 56.517 no Rio de Janeiro, Já em São Paulo são 537.817 contos, 94.099 C.V. e 83.998 operários (SILVA, 1976, p. 73).

defasados e perdeu o caráter protecionista, mas o desaquecimento do mercado interno no final de 1924 e o encarecimento do custo de produção castigaram a indústria têxtil e foi o prelúdio da crise de 1926, ampliada pelo plano de valorização do mil-réis do Presidente Artur Bernardes. Diante dessa nova crise, diversas entidades representantes da burguesia industrial passam a manter reuniões com o presidente com vias a solucionar conjuntamente a crise³⁰. A CIB orientou a proposta dos industriais e dentre as causas da crise o Centro apontava a valorização cambial, o barateamento dos similares estrangeiros de algodão e lã, o preço baixo dos produtos extrativos que deprimia a demanda da população do interior e a falta de crédito. A solução proposta continha empréstimo, sob penhor mercantil, no Banco do Brasil, Crédito ao interior, aumento da tarifação de mercadorias de lã e algodão e a manutenção de uma taxa cambial mais desvalorizada (LEME, 1978, p. 46). Dentre as propostas, os industriais demonstram o seu caráter conservador no plano social ao solicitarem o retrocesso em políticas trabalhistas.

O presidente não se mostrou disposto a aceitar a orientação em relação ao câmbio, mas já no ano de 1926 o novo presidente, Washington Luis, apresenta um plano de reforma de estabilidade e conversibilidade total da moeda com a taxa de 6 d. por mil-réis, que é apoiado pelo CIB. Assim, a criação da Caixa de conversão foi aprovada pelo Congresso. Entretanto, já em 1928, os tecidos ingleses inundam o mercado nacional e a indústria têxtil se vê obrigada a lutar por mais aumento nas tarifas alfandegárias, mas não abandonam o projeto de estabilização de Washington Luis (LEME, 1978, p. 48). No auge da crise, os industriais da Associação Comercial de São Paulo entram em conflito com os comerciantes e a associação passa a não mais representar ambos os interesses, dessa forma, em 1928, os industriais egressos da Associação Comercial fundam o Centro das Indústrias de São Paulo. Roberto Simonsen surge como o grande ideólogo da burguesia industrial paulista como vice-presidente e um dos fundadores do Centro. A grande novidade do pensamento de Roberto Simonsen, que passa a representar os industriais desse momento em diante, é a conceituação de função social da indústria, com essa construção ele tenta harmonizar o capital com o trabalho como forma de reconciliar indústria e interesse nacional. Essa é a grande construção que guiará o pensamento industrial brasileiro e animará os industriais na ofensiva para vencer a crise da década de 1930 (LUZ, 1961, p. 155-156).

³⁰ As entidades são: Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão, Associação Comercial do Rio de Janeiro, Associação Comercial de São Paulo e Centro Industrial do Brasil (LEME, 1978, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido pela indústria brasileira durante a primeira experiência republicana é, a todo o momento, induzido e oprimido pela lógica do capital hegemônico e pela conjuntura internacional, entretanto não podemos conceber a indústria como um produto apenas dessa lógica e dessa conjuntura. Buscamos mostrar que desde os primeiros momentos do governo provisório, dada a conjuntura internacional favorável e a euforia do encilhamento, a indústria buscou se organizar e lutar por um política protecionista e essa luta também serviu para fortalecer os laços de classe entre os industriais. Do seio dessas lutas surgiram os argumentos, os quais foram construídos em cima dos ideais nacionalistas, para a construção de um pensamento industrialista. A interpretação do liberalismo, corrente dominante no campo econômico e o as ideias positivistas completam o espectro desse pensamento.

Com a ampliação da importância econômica da indústria, ampliação essa fruto da conjuntura e resultado do processo de reprodução do capital no país, mas também da própria associação empresarial e do desenvolvimento orgânico da classe, os industrialista passam a contar com maior poder no campo político. A contradição frente à classe trabalhadora só amplifica essa maior organicidade da burguesia industrial, dado que esses passam a se organizarem para reprimir as demandas trabalhistas.

Por fim, o Estado não se mostrou sempre favorável à industrialização, mas também não agia como mero comitê da fração de classe hegemônica, por diversas vezes fica claro que havia uma disputa no congresso entorno das políticas adotadas e, como explicitado, durante boa parte da década de 1910 a burguesia industrial, se não conseguiu impor sua pauta, se entrincheirou para impedir qualquer medida que julgasse um retrocesso para o processo de industrialização.

Ao final dos primeiro período republicano, fruto das contradições da reprodução do capital no Brasil, mas também fruto de disputas políticas, a indústria tornar-se-ia o setor mais dinâmico da economia brasileira e, como as mudanças estruturais não se dão desvinculadas das mudanças superestruturas, a burguesia industrial encontrava-se completamente estruturada enquanto fração autônoma de classe e seria questão de pouco tempo para converter-se em hegemônica e dona da ideologia que passaria a animar a nação em prol do

desenvolvimento industrial como condição necessária para verter-se em uma nação desenvolvida.

BIBLIOGRAFIA

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.

CARONE, E. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 6, dez. 1972.

FONSECA, P. C. D. As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino. **Revista Brasileira de Economia**, jul/set 2000. 333-358.

FONSECA, P. C. D. A controvérsia entre metalismo e papelismo e a gênese do desenvolvimentismo no Brasil, 2008.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (.). **Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Unesp, 2012. p. 21-49.

FREITAS FILHO, A. P. **Indústria café e empresariado (1870-1930): origem, dinâmica e perda de competitividade da indústria carioca**. VIII Encontro Regional de História Anpuh-Rio. Rio: [s.n.]. 1998.

FREITAS FILHO, A. P.; CURY, V. M. Instituições, agentes sociais e desenvolvimento econômico: Rio de Janeiro, 1890-1945. **Estudos do Século XX - Empresas e Empresários**, 2004.

FRITSCH, W. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, M. P. (.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1959.

GOMES, A. G. A república não-oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SILVA, S. S.; SZMRECSÁNYI, T. (). **História econômica da Primeira República**. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 91-102.

LEME, M. S. **A ideologia dos industriais brasileiros: 1919-1945**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LEOPOLDI, M. A. P. Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, 1, n. 3, mai/ago 1986. 53-73.

LIMA, H. F. **História do pensamento econômico no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil, 1808 a 1930**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.

MALTA, M. M.; CASTELO, R. Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia. In: GANEM, A.; FREITAS, F.; MALTA, M. M. (). **Economia e filosofia: controvérsias e tendências recentes**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERISSINOTTO, R. M. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

RUBIN, I. I. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SAES, F. A. M. A controvérsia sobre a industrialização na primeira república. **Revista Estudos Avançados (USP)**, São Paulo, v.3, 1989. 20-39.

SILVA, S. S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, R. **A evolução industrial do Brasil**. São Paulo: FIESP, 1939.

SIMONSEN, R. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**. Campinas: HUCITEC, 1986.

TOPIK, S. C. **A presença do estado na economia política do Brasil, de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1989.

VERSIANI, F. R.; VERSIANI, M. T. R. O. A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma Contribuição. In: VERSIANI, F. R.; MENDONÇA DE BARROS, J. R. (.). **Formação Econômica do Brasil: a Experiência da Industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 121-142.